

Ano V	Volume V	Nº 10	Janeiro/Junho 2009	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

Política Externa Argentina para o MERCOSUL Pós-Crise de 2001¹

Henrique de Moura Reis e Rodrigo Martins Faria²

Resumo

O artigo discute os marcos de relacionamento entre a Europa e a América Latina por meio de um estudo que resgata o histórico contemporâneo das relações internacionais entre as partes, desde os esquemas iniciais de colonização às negociações atuais de cooperação. Através discussão, embebida em uma história secular de relações internacionais, as negociações inter-regionais entre a União Europeia e o MERCOSUL são apreciadas com destaque. O propósito é demonstrar os pontos de continuidade e inflexão no padrão de relacionamento Europa-América Latina e apontar quais são os interesses, desafios e ganhos recíprocos embutidos para o avanço de uma ação cooperativa no sistema internacional.

Palavras-chave: América Latina, Inter-Regionalismo, MERCOSUL, União Europeia.

Abstract

This paper discusses the relationship landmarks between Europe and Latin America through the study of their contemporary history of international relations since the colonization schemes to current negotiations for cooperation. Throughout this discussion emerged from a secular history of foreign affairs, inter-regional negotiations between the European Union (EU) and the Southern Common Market (Mercosur) are focused in order to show the continuities and changes in the European-Latin American pattern of relationship and what are the interests, challenges and mutual gains built for the advance of a cooperative action in the international system.

Key words: European Union, Inter-Regionalism, Latin America, Mercosur.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso para Relações Internacionais apresentado em dezembro de 2008, orientado pelo Prof. MSc. Marcos Alan Ferreira.

² Bacharelados em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Assunção – UNIFAI. Recebido em 01/12/2008. Aprovado para publicação em 02/02/2009.

Ano V	Volume V	Nº 10	Janeiro/Junho 2009	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

Introdução

Ante a uma crise global, Cristina Kirchner e Luis Inácio Lula da Silva ratificaram, em 08 de setembro de 2008, um importante acordo, o qual prevê que as transações comerciais entre Brasil e Argentina poderão ser feitas utilizando-se de suas moedas locais (FOLHA, 2008). Aos olhos de quem vê essa notícia, é possível até pensar que este é um reflexo de um estágio avançado do processo de integração do MERCOSUL. Porém, sabe-se que a história é bem diferente e que essa medida é um tanto quanto oportuna para as condições atuais da economia mundial.

Nesse sentido, o objeto de estudo deste trabalho será abordado neste capítulo, o qual explanará sobre o histórico das políticas exteriores adotadas pela Argentina, no que tange ao MERCOSUL pós-crise de 2001. O fato é que para entender o desfecho das políticas adotadas pelo país, é necessário regressar alguns anos para que muitas peças desse quebra-cabeça possam se encaixar.

Portanto, para um melhor entendimento sobre o tema, discutir-se-á nos próximos subtítulos importantes marcos para a construção de um arcabouço teórico, que permitirá entender os motivos pelos quais a Argentina tem se aproximado de seus países vizinhos e signatários do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.

Uma Década com Carlos Menem

Carlos Menem assumiu a presidência na Argentina no ano de 1989. O momento o qual mundo se encontrava foi extremamente importante para direcionar as políticas argentinas e criar um novo contexto de posicionamento externo do país.

No âmbito internacional, o mundo ainda se inquietava frente aos desdobramentos que culminavam com o fim da Guerra Fria. A queda do Muro de Berlim, que simbolicamente representou o fim da bipolaridade mundial, encheu o mundo de incertezas. Para a Argentina, que declaradamente fazia parte do Movimento dos Países Não-Alinhados³, era o momento de se reposicionar frente ao Sistema Internacional.

³ O Movimento dos Países não-alinhados era uma associação de países que durante o período de Guerra Fria decidiram não tomar parte no conflito. Seu objetivo era manter uma posição neutra e não associada a nenhum dos grandes blocos

Ano V	Volume V	Nº 10	Janeiro/Junho 2009	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

No continente sul-americano, os países já se movimentavam para não sucumbir diante do sistema capitalista neoliberal, que havia sido o vencedor da guerra de quase meio século e que vinha com todas as suas forças no âmbito de um sistema globalizado. Diversas regiões do mundo estavam se integrando para aumentar suas vantagens competitivas no comércio internacional. Os países sul-americanos, liderados por Brasil e Argentina não podiam ficar de fora. Com isso, Alfonsín e Sarney, baseados ainda na política de “boa vizinhança latino-americana” (MIRANDA, 2004), e a partir de todo o histórico de integração nas décadas de 1960 a 1980, com a ALALC e o ALADI, começaram a desenvolver um processo de integração que desencadearia a criação do MERCOSUL, bloco composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Para a Argentina, nesse período, as variáveis externas direcionavam o posicionamento interno do país. As crises mundiais da década de 1970 e a forte recessão da década de 1980 ajudaram a fazer com que o país se redemocratizasse, pós-período de governos ditatoriais e militares, e aos poucos eliminasse o protecionismo econômico que fazia com que a Argentina ficasse de fora do comércio internacional. Tanto o “Consenso de Washington” (1989)⁴, como a Iniciativa para as Américas (1990)⁵ refletiam essas novas visões argentinas para o que viria a ser o “regionalismo aberto” e a abertura e desregulação da economia (MEZA, 2001: 153)⁶.

Fundamentado nessa ideologia de “nova política exterior” (MEZA, 2000: 329), Menem adotou um paradigma que foi primorosamente denominado por Carlos Escudé como “realismo periférico” (ESCUDE, 1992). Raúl Bernal-Meza descreveu esse conceito em seu livro “Sistema Mundial y MERCOSUR”. Para o autor, esse era um momento onde a Argentina, sob o comando de Menem e seu Chanceler Guido Di Tella, deveria criar a “visão de si mesmo”, isto é, entender como os argentinos viam e se viam no mundo, para que pudessem se posicionar frente ao novo sistema mundial que surgia com o fim da Guerra Fria (MEZA, 2000: 326). Julia Igoa complementa a teoria dizendo que essa era

– EUA e URSS. Isso devido ao fato de estarem mais preocupados com assuntos como independência, combate à pobreza, desenvolvimento econômico, do que com o conflito que não lhes dizia respeito.

⁴ O Consenso de Washington foi um conjunto de medidas, elaborado por economistas de instituições financeiras como o FMI, Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos EUA, em 1989, para promover o ajuste das economias mundiais, após as crises da década de 80. Essas medidas adotavam o sistema neoliberal para desenvolver o crescimento econômico no país.

⁵ Plano que iniciou a estruturação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA.

⁶ Nesse período o país criava novos parceiros comerciais e fortalecia os seus laços com o Brasil e os países do MERCOSUL.

Ano V	Volume V	Nº 10	Janeiro/Junho 2009	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

uma idéia sustentada pelo pensamento de Tucídides, onde “os fortes fazem o que pode, e os débeis sofrem o que devem”. Com isso, a autora disse que

Dadas as regras de poder do mundo dos anos noventa, a única possibilidade para estados periféricos como Argentina, é a “aceitação realista” dos limites de um país débil, dependente, vulnerável e pouco relevante para os interesses vitais dos países centrais, onde existe uma indiscutida assimetria de poder (IGOA, 2007: 128).

Com isso, um estado periférico poderia se utilizar de uma estratégia de inserção internacional, posicionando-se por debaixo do guarda-chuva das potências hegemônicas do capitalismo mundial (IGOA, 2007: 128).

Mas o contexto, ou melhor, o paradigma de um realismo periférico, não se deu por conta de uma posição de Menem frente às variáveis externas. Para Maria Natalia Tini, foi uma necessidade para se recompor de uma forte crise econômica, em um momento onde a hiperinflação, a estrutura social e a imagem sul-americana não pareciam ser os meios adequados para conseguir em fim de remediar a crise argentina (TINI, 2007).

Então Carlos Menem, de acordo com Meza, adotou três posições básicas para defender esse modelo. A primeira seria uma aliança com as potências vencedoras da Guerra Fria, em particular com os Estados Unidos e, portanto, o abandono do Movimento dos Países Não-Alinhados. Em segundo lugar, a aceitação de novas regras do jogo da economia e a política mundial na construção de uma “nova ordem”, como preconizou o “Consenso de Washington”. Por último, o aprofundamento dos vínculos transnacionais da Argentina, mediante a aplicação de uma política econômica de abertura, desregulamento, privatizações e retração do Estado (MEZA, 2000: 328-329). Esses três pontos seriam as diretrizes da política menemista para a década de 1990.

Nesse sentido, a Argentina conseguiu eliminar seu perfil de estado potencialmente perigoso para a estabilidade regional nos planos econômico, político e militar.

No âmbito econômico, a Argentina abriu o seu mercado para investimentos estrangeiros e aumentou primorosamente suas relações comerciais com outros países. O processo de privatizações das estatais argentinas, o aumento substancial da pauta de importações e exportações com o Brasil e a expressiva força dos setores financeiros no período demonstraram a força dessa abertura.

Ano V	Volume V	Nº 10	Janeiro/Junho 2009	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

A aproximação com os EUA, denominada como “relações carnavais” pelos argentinos, desencadeou, além de outros aspectos que serão discutidos posteriormente, um novo modelo de política monetária argentina, que foi a dolarização da economia por meio do Plano de Convertibilidade, também conhecido como Plano Cavallo. Essa medida fazia com que o peso argentino tivesse sua paridade igualada ao dólar, isto é, um dólar equivalia a um peso. Deste modo, quaisquer movimentações financeiras no país estariam suportadas pelas decisões do Banco Central dos Estados Unidos – *Federal Reserve* (MARTINEZ, 2003). Além disso, entre 1990 e 1995, 32,8% dos investimentos estrangeiros diretos na Argentina eram de origem norte-americana (IGOA, 2007: 128).

Isso fez com que o país, sob a administração de Menem, tivesse que adequar suas instituições ao novo contexto internacional, que estava sendo regido pelas normas do GATT para o comércio internacional e o Sistema de Bretton Woods, criador do Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional – FMI. Nessa época, de acordo a Mario Rapoport, “a Argentina se convertia na ‘melhor aluna’ dos organismos financeiros internacionais e era apresentada (...) como o modelo de ‘país emergente’ inserido na Globalização”. (RAPOPORT, 2005: 79)

Mas os maiores problemas que essas medidas trouxeram para a Argentina, pós-crise de 2001, foram os entraves estruturais. Até a época de Menem, como apresentou Raúl Meza, o setor agroexportador tinha maior influência sobre a política externa do país. Isso foi alterado com a ascensão de Menem e o seu “realismo periférico” na década de noventa, onde os setores financeiros passaram a dominar o cenário político (MEZA, 2008). Nesse período, as instituições financeiras apareciam como atores-chave, porque, eram eles quem ia estabelecer uma ligação com os fluxos financeiros internacionais.

Essa ligação acabou por trazer fortes monopólios, ou oligopólios, para o país. Pois, as oportunidades para os investidores estrangeiros eram muitas, como a tirada das barreiras protecionistas para o comércio e o investimento externo, e com o processo de privatizações, fez com que alguns grupos investidores detivessem de grande parte do setor produtivo e industrial do país. Sendo assim, eles passaram a dominar o mercado, tendo liberdade para a fixação de preços e tarifas no comércio interno e externo e ajustando os regulamentos do país para o benefício de seus negócios (IGOA, 2007: 129).

Ano V	Volume V	Nº 10	Janeiro/Junho 2009	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

Outro ponto importante, levantado por Meza, foi a possível corrupção na Argentina nessa época, que ainda hoje está sendo julgado pelo judiciário argentino. Meza, em entrevista exclusiva para esse trabalho, explanou

Menem vendeu tudo, privatizou tudo, mas se há a soma de todo o dinheiro que os argentinos receberam pelas privatizações, mais o dinheiro que ele tirou do povo, através de políticas como, por exemplo, os dinheiros tomados a prazos fixos etc., mais toda a ordem internacional que captou através da dívida externa, vamos ter uma massa de recursos de U\$ 150 bilhões, que ninguém sabe onde estão (MEZA, 2008).

Para o autor, essa corrupção ajudou no início do processo da crise, que começaria ainda em 1997, antes do fim do segundo mandato de Carlos Menem.

Sobre a aproximação com os EUA nos anos noventa, é importante ainda destacar que esse fortalecimento das relações não se deu somente no campo econômico, mas também no político e militar. Como já foi comentado, o primeiro passo adotado pela Argentina foi o de se retirar do Movimento dos Países Não-Alinhados, botando um fim ao isolamento criado no contexto de Guerra Fria.

Em 1990 e 1991, a Argentina mandou tropas de apoio para ajudar aos Estados Unidos na Guerra do Golfo (TINI, 2007) e apoiou a condenação cubana pelos Direitos Humanos das Nações Unidas. Por sua participação e aproximação com as superpotências ocidentais, a Argentina ganhou o *status* simbólico de “grande aliado extra-OTAN”, reconhecendo-a como aliada estratégica dos Estados Unidos e, conseqüentemente, da Europa. (ESCUDE, 2003: 1). Esse foi um período onde houve o maior intercâmbio de visitas presidenciais entre os argentinos e os estadunidenses (RAPOPORT, 2005).

No que tange às políticas exteriores argentinas para o MERCOSUL no período menemista, era claro que por mais estratégica fosse a aproximação com os Estados Unidos, na visão de “realismo periférico”, a Argentina precisava de outros parceiros comerciais para exportar os seus produtos e importar suas debilidades. Para isso, necessitava fortalecer sua relação com o Brasil e, por conta disso, com o MERCOSUL. Por mais divergências que tivessem Carlos Menem e Collor, e posteriormente Fernando Henrique Cardoso, alguns pontos em comum fizeram com que em 1991 fosse assinado o Tratado de Assunção, dando vida ao Mercado Comum do Sul, e em 1994, fortalecesse-o por meio do Protocolo de Ouro Preto.

Ano V	Volume V	Nº 10	Janeiro/Junho 2009	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

A resposta desses acordos foi o aumento substancial do comércio entre os países do bloco, principalmente entre Brasil e Argentina.

Mas havia um ponto de convergência entre os países do MERCOSUL na década de noventa que quase botou em cheque a continuidade da entidade. Era a discussão sobre a relação dos países signatários do bloco sulista com a ALCA – Área de Livre Comércio das Américas. Conforme exposto por Rapoport, “para a Argentina, a ALCA se apresentava em um momento em que o MERCOSUL parecia estar perdendo dinamismo” (RAPOPORT, 2006: 321).

Menem por muitas vezes tentou conseguir acordos bilaterais com os EUA e avançar com as negociações sobre a ALCA (MEZA, 2001: 153). Mas não era apenas no campo internacional que havia divergências. Dentro da estrutura política argentina também estavam políticos que defendiam uma prioridade ao eixo sul-americano, contrapondo-se à ALCA, pois diversos setores consideravam que a tarifa externa comum era um impedimento para melhorar a competitividade da economia argentina, considerando a assimetria entre os mercados. Justamente por esse motivo, a Argentina preferiu priorizar o relacionamento com o MERCOSUL, consolidando assim a necessidade de aprimorar e rever as regras da instituição.

Nesse sentido, como apresentado anteriormente, de 1995 a 2000, período que engloba o segundo mandato de Menem, o saldo da balança comercial argentina com o Brasil, principal parceiro do MERCOSUL, atingiu os US\$ 5,3 bilhões (MEZA, 2001: 156).

Esses desdobramentos econômicos fizeram com que a Argentina ficasse muito dependente do mercado norte-americano e brasileiro. Com isso, a partir de 1997, com a incerteza de uma crise mundial, iniciado na Ásia, mas que atingiu grande parte do mundo, somado à desvalorização do Real e a retração da economia americana, a Argentina ingressou num processo de falência econômica que culminaria no ápice da crise em 2001, com a declaração de moratória argentina aos credores internacionais.

Ano V	Volume V	Nº 10	Janeiro/Junho 2009	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

A Crise

Um reflexo de que as coisas não andavam bem na Argentina foi a eleição de Fernando De La Rúa, em 1998. Por ser de um partido diferente de seu predecessor⁷, a ascensão do novo presidente refletia a insatisfação do povo argentino frente às políticas adotadas no período de Menem. Conforme exposto por Meza, em seu artigo *Argentina: entre o MERCOSUL e a ALCA*, “a cidadania votou de forma majoritária, evidentemente, por ‘mudanças em geral’ (MEZA, 2001: 154).

Para a autora María NataliaTini,

A chegada de Fernando De La Rúa ao governo argentino não somente se destacou por ser uma mudança de partido governante, mas sim por dar-lhe uma nova virada na política exterior, uma nova mudança de modelo de inserção internacional para nosso país (TINI, 2007: 9).

Portanto, ao subir ao poder, De La Rúa tinha uma importante missão, que era a de desfocar-se da política menemista. O primeiro passo para esse trabalho era o de desvincular as políticas voltadas somente aos Estados Unidos e voltar-se aos mercados sul-americanos e europeu, tornando-os doravante prioritários. Para Frechero, a Argentina via-se com uma economia decrescente e sua aproximação com os EUA dificultava a aproximação com o Brasil (FRECHERO, 2008). Nesse sentido, o novo presidente argentino teria que criar uma solução para a deterioração das relações bilaterais com o Brasil, que havia se intensificado pós-desvalorização do Real (MEZA, 2001: 160).

No início do século XXI, para tentar resolver os problemas de diminuição do comércio entre os países do MERCOSUL, os membros da instituição decidiram criar novas regras para o bloco. Com isso, os países ratificaram um estudo para a criação de um Tribunal Permanente de Arbitragem para resolver os conflitos comerciais do bloco e concordaram em reduzir em meio ponto a Tarifa Externa Comum.

As relações intraMERCOSUL pareciam estar num bom momento, quando eram apresentadas pelos chanceleres dos países-membros, porém desavenças entre os países e a difícil situação econômica do final da década de noventa mostravam que a realidade

⁷ Menem era do partido justicialista, enquanto De La Rúa era da Aliança, partido radical da Argentina.

Ano V	Volume V	Nº 10	Janeiro/Junho 2009	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

era um pouco mais incômoda. Algumas medidas protecionistas por parte do Brasil, como o tema do açúcar ou do setor automobilístico, ainda atrapalhavam o bem-estar argentino.

A situação econômica não ia nada bem. A Argentina iniciava um processo de recessão que por muitos anos abalou a economia no país. As atividades econômicas tanto com o Brasil, quanto com os outros parceiros comerciais da Argentina vinham caindo. Com a baixa demanda, o preço dos produtos começou a desvalorizar. Isso acarretou em um déficit no balanço das indústrias, as quais adotaram o corte de funcionários para tentar re-equilibrar suas contas. Com o aumento do desemprego, o consumo no país diminuía mais ainda e, assim, mais e mais empregados eram demitidos de suas funções. Iniciava-se então um círculo vicioso que culminou na pior crise da história da Argentina.

O Plano de Convertibilidade também começava a mostrar suas fraquezas e em 2001 deixou de existir. Com os atentados de 11 de setembro desse mesmo ano nos Estados Unidos, a economia atingiu a pior de suas crises. Com medo de quebra nos bancos argentinos, por conta das especulações do mercado, a população começou a resgatar o dinheiro que tinha em suas contas. Como uma forma de proteger aos bancos e à economia, o Ministro da Economia na Argentina, novamente Domingo Cavallo, adotou uma medida que ficou conhecida como “*el corralito*”. Essa medida limitava o montante que cada correntista poderia sacar de sua conta. Por conta desse acontecimento, quando tinham oportunidade, enviavam seus capitais para fora do país e com isso prejudicavam ainda mais a crise argentina.

Raúl Bernal-Meza expõe sua opinião sobre a situação, dizendo que

a Argentina entrou em um período de profunda crise (...), porque De La Rúa foi um homem profundamente incapaz e inapto que (...) achou que a saída da Argentina estava na continuidade de algumas políticas, como por exemplo, a conversão do peso, o plano Cavallo. A Argentina já estava em crise e os setores já não podiam sustentar (MEZA, 2008).

O autor continua dizendo que a conversão podia funcionar em um momento em que o fluxo de capital estrangeiro entrava no país, porém que isso já não mais acontecia, pois desde 1997 a Argentina já estava em uma crise. Para ele, havia um esforço por deslocar o setor financeiro da cúpula do poder econômico, colocando novamente o setor industrial no papel de influente (MEZA, 2008).

Ano V	Volume V	Nº 10	Janeiro/Junho 2009	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

O fato é que a Argentina já não falava apenas em recolocação econômica, mas também da sua visão política e integracional, pois estava perdendo credibilidade ante aos Organismos Internacionais, como o FMI e o Banco Mundial. Para Meza, a Argentina se inseria cada vez mais em um buraco, onde o seu posicionamento internacional a tornava um país afastado do sistema mundial. O que era um sério problema, pois Fernando De La Rúa não tinha uma medida política formulada para conter essa crise e, por isso, cada vez mais se enforcava (MEZA, 2008). Por esta razão, o presidente argentino abandonou o poder em dezembro de 2001.

Para preencher o vácuo no cargo público deixado por De La Rúa, Ramón Puerta, então presidente do Senado, foi o responsável por convocar à Assembléia Legislativa, em um prazo de 48 horas, para eleger o próximo presidente do país.

Sendo assim, em 23 de dezembro de 2001, a assembléia votou para que o governador Adolfo Rodríguez Saá presidisse o país por um período de 90 dias, até que se organizassem as eleições presidenciais. Porém, Saá ficou por apenas sete dias no governo. Tempo suficiente para pronunciar o maior *default* da história da Argentina.

O calote argentino dado aos credores internacionais fez com que a Argentina se tornasse uma ameaça aos investimentos internacionais. A confiança havia se perdido e, aparentemente, seria muito difícil restaurá-la. Nessas condições, Rodríguez Saá renunciou também ao cargo ocupado.

Novamente, por meio de eleições da Assembléia Legislativa, houve uma votação que colocou o Senador Eduardo Duhalde no poder. Duhalde, mesmo diante às dificuldades macroeconômicas e de dívida externa do país, manteve-se prudente com respeito ao alinhamento com os Estados Unidos, buscando uma aproximação com os seus países vizinhos, Chile e Brasil. Ele tinha uma difícil e importante missão de recompor a imagem do país diante aos organismos internacionais. Neste sentido, buscou aproximar-se do Brasil, pois como representante principal do Cone Sul, os argentinos esperavam que os brasileiros os ajudassem no seu re-posicionamento internacional.

Concernente aos Estados Unidos, Eduardo Duhalde buscou utilizar a força de seu aliado para negociar as dívidas do país com o FMI, conseguido por meio do acordo provisório de janeiro de 2003 (TINI, 2007: 10).

Ano V	Volume V	Nº 10	Janeiro/Junho 2009	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

Em uma análise sobre o MERCOSUL, no período da crise argentina, nota-se que a balança comercial intrabloco diminuiu notoriamente. O processo de desvalorização das moedas prejudicou não apenas a Argentina, mas também os seus países vizinhos, como o Brasil e o Uruguai. No Brasil, por exemplo, houve diversos impactos no sistema financeiro, como a desvalorização do Real frente ao dólar, elevando a paridade da moeda americana⁸.

O MERCOSUL viveu nesse período duas realidades. A primeira acreditava que o bloco estava fadado ao fim, uma vez que a cada ano as relações comerciais entre os membros deterioravam gradativamente. Porém, outro viés, que acabou prevalecendo sobre o anterior, acreditava que era o momento para fortalecer a instituição e fazer dela o levante que resolveria as inquietudes comerciais dos países membros. Nessa época, a entidade aprimorou a sua estrutura e começou a avançar rumo ao seu objetivo de elevação ao Mercado Comum.

Dentre os atores que acreditavam e efetivamente lutaram para efetivar essa premissa, estavam Luis Inácio Lula da Silva, no Brasil, e Néstor Kirchner na Argentina, ambos representando o governo de esquerda dos seus respectivos países.

A Era Kirchner

Em 25 de maio de 2003, é eleito ao poder na Argentina Néstor Kirchner, do partido justicialista⁹. O governo de Kirchner demonstrou com todas as suas forças que sepultaria o passado argentino e adotaria uma nova administração totalmente desvinculada dos últimos mandatos no país (MIRANDA, 2004: 2). Kirchner tinha como objetivo principal continuar restaurando a imagem argentina no âmbito internacional. Mas diferente de seu predecessor Duhalde, ele apostou principalmente nos seus vizinhos sul-americanos para ajudá-lo na reinserção no sistema mundial e acabou se afastando de forma notável do aliado predileto da década passada na Argentina, os EUA. Alguns exemplos disso foram a abstenção de se juntar aos EUA na condenação dos Direitos Humanos em Cuba, em 2003; um ataque direto ao FMI, à ALCA e as políticas regionais norte-americanas, em seu

⁸ Nesse período, um dólar equivalia a três reais (US\$ 1 = R\$ 3).

⁹ Partido ligado às idéias e políticas do ex-presidente argentino Juan Domingo Perón.

Ano V	Volume V	Nº 10	Janeiro/Junho 2009	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

discurso na Cúpula das Américas, em 2005; o fim posto na aliança extra-OTAN que a Argentina havia gerado na década passada; e à recusa ao convite da ONU e se juntar as forças de manutenção da paz no conflito do Líbano em 2006. (CORIGLIANO, 2007: 5)

Para não quebrar totalmente os vínculos do país com os EUA, Kirchner por sua vez apoiou os americanos na luta contra o terrorismo, na crítica ao rearmamento nuclear do Irã, dentre outras questões. Para Néstor, era importante demonstrar a sua visão esquerdista e o fato de que sua política priorizaria o Cone Sul, dando destaque principalmente à Venezuela e ao Brasil. Não obstante, Virginia Scardamaglia acredita que, “quando Kirchner assumiu o poder acreditava-se que vinha um processo de proteção por conta da sintonia com os governos de esquerda (...), todos pensaram que iria gerar um processo mais profundo de associação estratégica, mas isto não se cumpriu” (SCARDAMAGLIA, 2007).

Para Raúl Bernal-Meza, a Venezuela era um parceiro estratégico, pois foi a salvadora da crise econômica do país. Ajudou a todos os setores econômicos, desde os pequenos produtores às grandes indústrias, já que o governo de Hugo Chávez era um grande comprador de bens argentinos. Para ele,

Obviamente para a Argentina, a Venezuela é um grande negócio, pois a Venezuela compra da Argentina muito mais do que Argentina compra da Venezuela. Além disso, a Venezuela se transformou no fornecedor de alguns combustíveis em momentos estratégicos e se transformou em um comprador de dívidas argentinas (MEZA, 2008).

Além disso, havia com a Venezuela acordos comerciais e energéticos, que alavancaram as relações comerciais de ambos os países. Somado a isso, pode ser relacionado o apoio por parte de Kirchner sobre a Comunidade Sul-Americana das Nações – projeto político de integração promovido por Chávez. (TINI, 2007). Para a Venezuela, essa aproximação era importante devido à tentativa do país de ingressar como membro pleno do MERCOSUL.

Porém isso não queria dizer que Kirchner compactuava com todas as idéias políticas de Hugo Chávez, eles estavam apenas ligados pela colaboração e ajuda econômica. Meza complementou dizendo que, essa ajuda econômica, o Brasil nunca esteve disposto a dar, mesmo na época da pior crise da Argentina, nem o MERCOSUL, nem o Brasil a ajudou. (MEZA, 2008)

Mas surgiria nesse sentido a dúvida do por que o Brasil ainda era um forte e estratégico aliado do governo argentino. O fato é que de acordo às idéias de Roberto Miranda e

Ano V	Volume V	Nº 10	Janeiro/Junho 2009	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

Natália Tini, a “Argentina elegeu o Brasil para recompor sua posição internacional” (MIRANDA, 2004), reconhecendo a liderança regional do Brasil (TINI, 2007) e para isso era necessário aproximar suas relações com Lula. Essa opinião é contestada por Ignacio Frechero e Nicolas Terradas, pois eles acreditam que qualquer atitude brasileira que projeta uma idéia de hegemonia na região, como a busca por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, é mal vista pelos argentinos. Para eles, justamente por isso os argentinos não só não apoiaram os brasileiros nessa tentativa, como dificultaram esse processo. (FRECHERO; TERRADAS, 2008)

O fato é que, independentemente do grau de intensidade, houve uma aproximação que pôde ser vista nos casos em que a Argentina se recusou a mandar ajuda para o Líbano, como comentado acima, pois o fato era que, por questões de alianças estratégicas, o país acompanhou a decisão brasileira de não mandar tropas para o país do Oriente Médio (TINI, 2007). Além disso, houve uma modificação da posição argentina quanto a ALCA, onde dessa vez ela criticava os subsídios agrícolas norte-americanos e decidiu estar ao lado do Brasil no debate para o impedimento do imperialismo dos EUA para o continente americano (CORIGLIANO, 2005: 1).

No ambiente interno, Néstor conseguiu acalmar a crise econômica do país e assim começou a expandir suas relações bilaterais para fortalecer sua imagem no exterior. Nesse sentido, nos primeiros meses de seu governo, Kirchner retomou as relações oficiais com a Grã-Bretanha. O primeiro passo dessa retomada de relacionamento foi a renúncia de reclamar sobre as ilhas Malvinas. Em contrapartida, os britânicos tiveram maior flexibilidade quanto às questões militares, pesqueiras e marítimas próximas à região das ilhas. Esta aproximação serviu para melhorar ainda mais a posição da Argentina nos Estados Unidos e na Europa (TINI, 2007).

A Europa não foi um mercado prioritário para a Argentina, porém estava na pauta de política externa do país, como a aproximação com o governo de José Rodriguez Zapatero, na Espanha.

Néstor Kirchner entendia que a teoria de realismo periférico e a aproximação da Argentina com os Estados Unidos não foi a melhor política a ser adotada para o país, pois o Estado nortista somente prezava por seus interesses, deixando de lado as necessidades argentinas nos momentos de maior necessidade. Além do que, a assimetria existente entre

Ano V	Volume V	Nº 10	Janeiro/Junho 2009	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

esses dois países fazia com que a relação de centro-periferia afastasse cada vez mais a Argentina de se tornar um país de porte desenvolvido.

Nesse sentido, o presidente argentino apostou suas fichas na retomada e fortalecimento do MERCOSUL e sua relação com os países vizinhos. O ambiente para isso era de fato propício, pois havia uma tendência esquerdista na região, com Hugo Chávez na Venezuela, Lula no Brasil, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador, Tabaré Ramón Vázquez no Uruguai, e Kirchner na Argentina. A entrada da Venezuela no bloco fortaleceria ainda mais as relações comerciais entre esses países e facilitaria as políticas energéticas para todos. O governo de Kirchner foi o que talvez mais apostou no desenvolvimento do bloco e almejou pela sua transformação em um Mercado Comum.

Outro tema de importante destaque no período de Néstor Kirchner foi os debates acerca do desenvolvimento da ALCA. Durante a 4ª Cúpula das Américas, que ocorreu em Mar Del Plata em novembro de 2005, o principal assunto tratado era sobre a posição dos países relativa aos avanços desse sistema de integração que aproximaria todo o continente americano. Nesta ocasião, a Argentina se via em uma situação muito complicada. A Venezuela, já representada pelo presidente Hugo Chávez, rechaçava qualquer idéia de aproximação com os EUA. O Brasil pensava em uma ALCA “light”, com algumas regras mínimas de comércio, a fim de que os países tivessem certa flexibilidade para negociar com outros países extrabloco. Para os argentinos, esta integração seria viável desde que o MERCOSUL aderisse ao grupo e houvesse condições para o comércio intrabloco, como por exemplo, a eliminação dos subsídios sobre os produtos agrícolas por parte dos EUA. Nesse sentido, os argentinos tinham que ser políticos para não contrariar o seu maior aliado da época, o presidente venezuelano, mas também não podiam se opor totalmente aos EUA, como mostrado anteriormente. Assim, Kirchner adotou o lado brasileiro, que visava condicionar a ALCA, que por fim, não trouxe nenhum avanço nesse sistema de integração para as Américas (CORIGLIANO, 2005).

Em suma, o governo de Kirchner teve a difícil missão de melhorar a imagem argentina e atrair novamente os investidores estrangeiros para o país. Porém, para isso, ele tinha que primeiramente restaurar os problemas da economia no setor doméstico, para em seguida se posicionar internacionalmente. Talvez por esse motivo, Raúl Bernal-Meza opinou que a política exterior argentina não possui um planejamento estruturado (MEZA, 2008). Ignacio

Ano V	Volume V	Nº 10	Janeiro/Junho 2009	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

Frechero e Nicolas Terradas complementam dizendo que, a política externa argentina é apenas uma continuação das medidas e políticas internas.

Porém algumas variantes externas e recentes acontecimentos colocaram novamente em cheque o futuro da instituição e foi no governo de sua sucessora e esposa, Cristina Kirchner, que tudo ocorreu.

Atualidade e Projeções Futuras para a Política Externa Argentina

Cristina Elisabet Fernández de Kirchner empossou o cargo de presidente da Nação Argentina em 10 de dezembro de 2007. Para muitos, sua gestão seria a continuação do mandato de Néstor Kirchner, uma vez que além de sua esposa, ela era membro do Partido Justicialista, o qual o seu marido preside.

Na visão de Scardamaglia, “diferentemente de Néstor Kirchner, Cristina Fernández tem uma inclinação mais favorável para sair ao exterior. Ao menos há uma maior preocupação por cultivar as relações externas, que não estavam presentes na gestão anterior”. (SCARDAMAGLIA, 2007).

Um contexto que complementa, pelo menos retoricamente, essa posição levantada por Scardamaglia é o apresentado pelo atual chanceler argentino, Ministro Jorge Enrique Taiana, em seus discursos. Para ele,

A política exterior da Argentina está comprometida com o fortalecimento e o aprofundamento dos laços comerciais e investimentos entre todos os países da região latino-americana. Dentro desta estratégia, o MERCOSUL é o principal instrumento para aprofundar e melhorar a qualidade de nossa inserção econômica internacional (TAIANA, 2008).

Esse discurso ratifica a posição de Cristina Kirchner perante o bloco e demonstra que o atual governo está disposto a “trabalhar para fortalecer o MERCOSUL e (...) dotá-lo de maior força e coerência, baseado no entendimento que a integração não deve esgotar-se na ampliação da escala dos intercâmbios comerciais” (TAIANA, 2008). E o chanceler continua, “devemos avançar a uma fase de integração produtiva, na criação de cadeias de valor e em uma consolidação de uma competitividade sistêmica regional” (TAIANA, 2008).

Ano V	Volume V	Nº 10	Janeiro/Junho 2009	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

Porém os questionamentos acerca da força da entidade e as incertezas de sua continuidade sempre levam os teóricos a refletirem se o ambiente externo está favorável para essa aproximação entre os países e o fortalecimento do MERCOSUL. Na opinião de Raul Bernal-Meza,

o governo argentino, está tentando passar uma imagem de que as relações com o Brasil são boas, que não há nenhum problema na relação. Mas creio que eles estão conscientes que as coisas com o Brasil, não estão nada bem, há alguns elementos e algumas atitudes do governo argentino que contribuiram para incomodar e atrapalhar o presidente Lula (MEZA, 2008).

Para ele,

Cristina Kirchner, quando se referiu, durante sua ida ao Paraguai, ao Brasil como praticante do imperialismo no século XIX, isso não foi bom. Não foi bom, por exemplo, o que fez Kirchner, quando Evo Morales assumiu o governo, que disse que iria buscar uma reforma energética, sem avisar ou sem comentar com Lula, o que levou o Brasil a uma situação muito incômoda na negociação (MEZA, 2008).

Mas Raul apresentou também outro lado dessa relação, quando disse que no momento em que a Argentina estava sofrendo com uma crise energética e a Cristina pediu ajuda ao Lula, ele não ajudou. Pelo contrário, vendeu essa energia e isso gerou sérios problemas entre a Argentina e o Chile, pois o país teve que bloquear o envio de gás aos chilenos, gerando um conflito entre os dois países.

Além disso, nas negociações recentes da Rodada Doha, o Brasil defendeu posições individualistas, não fazendo uma declaração conjunta aos interesses sul-americanos e isso piorou muito a relação entre os dois países na época. O autor explica que o erro da Argentina foi ter se apoiado totalmente nas relações comerciais com a Venezuela, vendendo dívidas argentinas para o país, e o MERCOSUL como um todo, tornando-se dependentes de dois atores incertos no cenário internacional (MEZA, 2008).

A visão que o chanceler Taiana tinha era a de que o MERCOSUL estava em um momento de ampliação e valorização, e nesse sentido teria uma posição de mais destaque no sistema internacional. Para ele, a incorporação da Venezuela no grupo abrirá diversas portas na área energética para os países-membros, facilitando mais ainda a relação comercial entre os mesmos (TAIANA, 2008). Para a pesquisadora Maria Natália Tini, a

Ano V	Volume V	Nº 10	Janeiro/Junho 2009	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

relação de foros multilaterais é muito importante para o fortalecimento do MERCOSUL, já que a globalização e a interdependência entre os Estados tem alavancado o sistema para a aproximação transnacional. (TINI, 2007) Com isso, a Argentina passaria a não mais negociar bilateralmente com outros países ou blocos internacionais, sendo um ator unitário, mas sim pelo grupo do MERCOSUL, com muito mais força e propriedade no mercado internacional.

Para Meza, o maior problema e erro da administração de Kirchner é que ela voltou-se prioritariamente às questões de reinserção internacional e não se preocupou em corrigir os problemas estruturais gerados a partir da crise econômica argentina no início do século (MEZA, 2008).

Nesse sentido, o ex-ministro da Economia do governo de Néstor Kirchner, Roberto Lavagna, aponta o que, em sua opinião, foi o erro da administração de Cristina Fernández. Para ele, o primeiro erro foi o de colocar uma retenção móvel¹⁰ na exportação dos produtos agrícolas (LAVAGNA, apud FOLHA, 2008). Esse acontecimento marcou recentemente a economia argentina, gerando diversos conflitos entre os setores ruralistas e a presidente. Ainda para o ex-ministro, o fato é que a atual presidente não continuou com o plano de reconstrução econômica utilizado no mandato anterior, e por isso,

o superávit cresceu, o dólar caiu, os juros subiram, a dívida está subindo e a inflação está fazendo com que parte do poder de compra da população caia e há a pior distribuição de renda e em consequência se enfraquece o consumo. E (...) os investimentos não chegam porque o consumo cai (LAVAGNA, apud FOLHA, 2008).

Para muitos, ainda é muito cedo julgar o governo de Cristina Kirchner, porém o fato é que as condicionantes internacionais e os problemas estruturais na Argentina têm atrapalhado em muito o desenvolvimento do acordo de integração do MERCOSUL, embora, o governo defenda que esse é o momento de fortalecer o acordo da entidade e rever o Tratado de Assunção. Para eles, o desejo pronunciado é o de criar um bloco que

Não se limita, mesmo que alguns queiram assim entendê-lo, ao âmbito político ou ao econômico – comercial. [o objetivo é o de] Uma integração profunda, que reconhece a necessidade de trabalhar também no âmbito legislativo, social, cultural, educativo,

¹⁰ Imposto indexado às variações dos preços internacionais.

Ano V	Volume V	Nº 10	Janeiro/Junho 2009	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

tecnológico, ambiental, turístico; em outras palavras, em um desenvolvimento integral dos países e sua gente (TAIANA, 2008).

E, por fim, Jorge Taiana declama sobre a necessidade de se criar “uma integração que nos permita sentir ao MERCOSUL como parte de nossa vida cotidiana, onde todos nos sintamos atores responsáveis por um ‘MERCOSUL de todos’” (TAIANA, 2008).

No momento do fechamento deste trabalho, o ambiente externo passa por uma difícil fase de crise econômica internacional, gerada a partir da crise do sistema de *subprime* nos Estados Unidos, onde dificilmente se poderão definir os próximos passos das políticas exteriores de Cristina. Com essas incertezas no mercado e a redução do consumo em praticamente todos os países afetados pela crise, a Argentina teme que sua economia seja invadida pelos produtos estrangeiros, que por possuírem baixos custos prejudicariam os produtores domésticos.

Em recente reunião do MERCOSUL, ocorrida em Brasília, para discutir sobre os assuntos da crise, a Argentina se posicionou pedindo ao bloco que aumentasse a Tarifa Externa Comum – TEC para proteger as economias mercosulistas. Na opinião brasileira, esse seria um momento de abrir as economias para estimular o consumo e não fechá-la.

Contrapontos como esses fazem com que seja quase impossível prever os próximos passos do MERCOSUL e as políticas exteriores argentinas para esse bloco. O fato é que os acontecimentos históricos demonstram o como a teoria realista se aplica nessa temática, pois os países apenas têm defendido os seus interesses e, assim, a aproximação do MERCOSUL só ocorreria quando estivesse nas prioridades da política exterior dos países-membros. Desde a criação da entidade, a Argentina já a teve como secundária e, posteriormente, como fundamental. Mas para saber quais serão os interesses argentinos para o bloco nos próximos anos, dever-se-á entender as condicionantes internas da Argentina e o momento pelo qual os outros países do MERCOSUL estarão passando, para que se possa interligar os interesses e efetivar o desenvolvimento da entidade.

Ano V	Volume V	Nº 10	Janeiro/Junho 2009	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

Conclusão

O que se percebe é que os conceitos teóricos de formulação de política exterior nem sempre se aplicam na prática, principalmente quando diz respeito à Argentina. O país sofreu com diversos constrangimentos internos e externos e, por esse motivo, teve que adaptar a sua estrutura de política exterior, ao ponto de afirmarem que talvez o país não tenha uma política exterior definida.

No que diz respeito ao MERCOSUL, não apenas inquietudes domésticas, mas diversos temas internacionais, fazem com que a Argentina tenha dificuldades no avanço do processo integracional do bloco. O fato é que o próprio bloco já foi criado num contexto de necessidade dos membros, e não como um desejo espontâneo dos mesmos.

No trabalho viu-se que no final da década de 1970 e no começo dos anos 80, durante o período dos governos militares, a Argentina adotou o modelo isolacionista. Porém, com a derrota na Guerra das Malvinas e o fim dos governos ditatoriais, o país precisou abrir o seu mercado e para isso se aproximou do Brasil. Assim, assinaram diversos protocolos de intenções, como a Declaração de Iguazu em 1985 e o protocolo de cooperação em 1986, sem dúvida os de maior relevância, levando-se em conta que foram assinados 23 protocolos entre julho de 1986 e novembro de 1988. Devido à ausência de outros parceiros econômicos, a Argentina focalizou a integração em sua região, vislumbrando a possibilidade do Brasil como potencial parceiro. Basta lembrar que nesse período, os mercados internacionais fortaleciam-se por meio dos blocos regionais e por isso essa seria a melhor maneira de os países sul-americanos se inserirem perante o Sistema Internacional.

Com essa mudança de paradigma, os países da região deixaram a idéia de Estado desenvolvimentista e passaram a adotar o sistema neoliberal. Por isso, Fernando Collor de Mello e Carlos Saúl Menem tomaram medidas adequadas dentro desse novo contexto. Porém, ficava bem claro que nesse período a aproximação entre os países do MERCOSUL se dava unicamente por conta dos aspectos econômicos.

Contudo, outro aspecto que pode ser considerado nesse contexto é a corrente teórica realista, na qual os países não abririam mão do seu desenvolvimento interno em prol do bloco, pois estavam apenas buscando sua própria sobrevivência, como exemplo disso,

Ano V	Volume V	Nº 10	Janeiro/Junho 2009	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

pode ser relacionado o fato de que Menem, baseado em sua idéia de “realismo periférico”, procurava se aproximar dos estados centrais, como os Estados Unidos e Europa, para ajudá-lo a se posicionar na inserção política internacional, mas ele também sabia que não iria conseguir com os norte-americanos uma sustentabilidade comercial. Portanto, de fato se aproximou dos países do Cone Sul e por meio do MERCOSUL buscou atender à sua necessidade de ampliação e criação de comércio.

Essa “nova política exterior argentina” fez com que a tradição da estrutura política no país fosse alterada. Com isso, instituições como Ministério de Relações Exteriores da Argentina e o Conselho Argentino para as Relações Internacionais, forte influentes na política exterior do país, perdessem sua posição, que foi transferida quase que exclusivamente ao poder executivo. Isso se fazia necessário por que era fundamental centralizar a política externa nas mãos da figura presidencial, que traria maior dinamicidade nas negociações internacionais do país, eliminando o processo burocrático que atrapalharia essa relação.

Nessa década de 1990, o MERCOSUL aumentou o fluxo comercial entre os Países-Membros significativamente, com um crescimento gradativo que agregavam valores às economias dos países. Porém, vale ressaltar que este é novamente um aspecto econômico – o que não deixa de ser positivo –, não levando em consideração muito do que havia sido proposto em termos políticos, sociais e culturais na formulação do Tratado de Assunção.

Com a crise devastadora do início do século XXI, esses valores econômicos caíram por terra. O interessante é que nesse momento os países acreditavam que o MERCOSUL poderia ser uma salvação. Sendo assim, não somente aspectos comerciais estavam sendo tratados, mas nesse momento discutia-se a aproximação política dos Países-Membros. Para isso, muitas propostas de reestruturação do bloco foram apresentadas com o ideal de que seria esse o momento onde o MERCOSUL se fortaleceria e se firmaria perante o Sistema Internacional.

O que talvez seja mais incerto, e é justamente o que se procurou aprofundar nesse trabalho, é a atual posição argentina para o MERCOSUL. A dificuldade de entender a política externa do país é grande e vem de longo tempo, antes mesmo da crise de 2001. Muitos teóricos acreditam que a forma pela qual a Argentina se insere no Sistema Internacional é totalmente empírica, uma vez que, atualmente, como já comentado, o país

Ano V	Volume V	Nº 10	Janeiro/Junho 2009	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

não possui uma política exterior elaborada. Uma causa disto foi o afastamento de instituições intelectuais, como o CARI e o MRE da Argentina, deixando assim de produzir estudos fundamentados sobre o sistema político internacional.

Muito se apresentou que a intenção da Argentina no atual momento é o de aproximação com o bloco, porém, diversas variáveis externas, como a atual crise econômica e a Rodada Doha, e internas, como a crise no setor agrícola, têm atrapalhado o país na formulação dessas políticas. Os parceiros da entidade cada vez mais procuram atender aos seus interesses e para isso se afastam mais do MERCOSUL.

No âmbito interno, cada vez mais os argentinos identificam os problemas estruturais deixados pelos ex-presidentes das últimas décadas. Para isso, denominam os mesmos de “demônios”. Isso faz com que, primeiramente, o país tenha que se reorganizar domesticamente para somente depois voltar a interagir no sistema internacional. Como se pôde ver na pesquisa, a falta de definição nos setores influentes e presentes nas políticas do país trazem a tona diversos conflitos, pois a cada medida adotada pelo presidente da nação, aqueles que não foram beneficiados vão às ruas protestar pelas mesmas.

O ambiente externo também não ajuda. O seu principal parceiro de bloco, o Brasil, cada vez mais tem defendido os seus interesses em assuntos globais, como as questões de subsídios na Rodada Doha. O Uruguai, desde o conflito gerado pela construção de fábricas de papel do lado uruguaio do rio que separa os dois países, têm se afastado da Argentina. E o Paraguai, com tantos entraves domésticos, participa infimamente do MERCOSUL, não agregando avanços para a entidade.

Não é possível saber quais serão os próximos passos para o MERCOSUL, porém, a retórica apresentada pelos Países-Membros é de fortalecimento do bloco e a evolução para um Mercado Comum. Algumas medidas, como o Parlamento do MERCOSUL, já estão em fase final de implantação, mas há diversas outras por vir.

Para a Argentina, resta organizar sua estrutura política, desafogar-se de vez da crise e desenvolver um plano de inserção internacional, podendo ser mais ativa e efetiva nas negociações para a evolução do MERCOSUL. Mas para isso, terá de torcer para que os Países - membros façam as mesmas lições de casa e tenham a mesma vontade de criar o tal “sentimento mercosulista”.

Ano V	Volume V	Nº 10	Janeiro/Junho 2009	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

Bibliografia

ALLISON, Graham Tillett. Essence of decision: explaining the cuban missile crisis. Boston, Little Brown, 1971.

ALTEMANI, Henrique. Política Externa brasileira. São Paulo, Saraiva, 2005, p. 289.

_____ et alli. Política Internacional contemporânea: mundo em transformação. São Paulo, Saraiva, 2006.

ARENAL, Celestino. Introducción a las relaciones internacionales. Madrid, Tecnos, 1990.

CARI; CEBRI. Informe del Grupo del Trabajo sobre las Relaciones entre Argentina y el Brasil. Los resultados y progresos alcanzados: una trayectoria iniciada em 1986 y potenciada en 1991 con la creación del Mercosur. CARI, 2000.

CARMO, Márcia. Argentina abandonou plano que recuperou país, diz ex-ministro. Folha Online, São Paulo, 14 jul., 2008.

CARR, Edward Hallet. Vinte anos de crise 1919 -1939: O poder na política internacional. Brasília, Universidade de Brasília, 1981.

CERVO, Amado Luiz. Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas. Brasília, IBRI, 2001.

CHACON, Vamireh. O MERCOSUL: A integração econômica da América Latina. São Paulo, Scipione, 1996.

CONSTITUCIÓN de La Nación Argentina. Disponível em: <<http://www.senado.gov.ar/web/interes/constitucion/cuerpo1.php>>. Acesso em 30 ago. 2008.

CORIGLIANO, Francisco. La posición del gobierno de Kirchner en la Cumbre de las Américas 2005: um balance preliminar. Boletín ISIAE, Buenos Aires, nº. 37, año 8, pp. 1-2, 2005.

_____. Desafíos para la política exterior argentina a partir del 2008. Boletín ISIAE, Buenos Aires, nº. 43, año 10, pp. 5-6, 2007.

EISSA, Sérgio Gabriel. Hielos continentales: Las variables internas en la política exterior argentina. Buenos Aires, Fundación Síntesis, 2005, p. 109.

ESCUDE, Carlos. Realismo Periférico. Fundamentos para la nueva política exterior argentina. Buenos Aires: Planeta, 1992.

Ano V	Volume V	Nº 10	Janeiro/Junho 2009	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

_____. La muerte de la Política Exterior: El callejón sin salida de un Estado parasitario. Buenos Aires, Fundación Atlas 1853, 2003.

IGOA, Julia. Política exterior argentina en la década de los '90: do Realismo Periférico a los condicionantes internos y externos. La Privatización petrolera, un espejo de la realidad. HAOL, Buenos Aires, nº. 13, pp. 127-140, 2007.

INTAL, Relatório. Instituto para la Integración de América Latina y el Caribe. Informe MERCOSUL, nº. 10. Buenos Aires, BID INTAL, 2006.

LAFER, Celso. As eleições de novembro de 1982 e a política exterior do Brasil In: LAFER, Celso. O Brasil e a crise mundial. São Paulo, Perspectiva, 1984.

MARTINEZ, María Celia. Una nueva política exterior argentina y el marco subregional como nuevo puente hacia Europa. 6º Congreso de Ciencia Política. Universidad Nacional de San Juan. 2003.

MENEM, Carlos Saúl. Que é o MERCOSUL?. Buenos Aires, Ediciones Ciudad Argentina, 1996.

MENEZES, Alfredo da Mota; PENNA FILHO, Pio. Integração Regional: blocos econômicos nas relações internacionais. Rio de Janeiro, Elsevier, 2006.

MERCOSUL. Disponível em: <<http://www.MERCOSUL.gov.br>> Acesso em: 5 abr. 2008.

MEZA, Raúl Bernal. América en el mundo: el pensamiento latino-americano y la teoría de relaciones internacionales. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, 2006.

_____. Sistema mundial y MERCOSUR: Globalización, Regionalismo y Políticas Exteriores Comparadas. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, 2000.

MEZA, Raul Bernal; QUINTANAR, Silvia. Argentina: Entre o MERCOSUL e a ALCA. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, nº. 2, ano 44, pp. 151-167, 2001.

MIRANDA, Roberto. Imagen de cambio: los primeros meses de la política internacional del gobierno de Néstor Kirchner. CERPI - Instituto de Relaciones Internacionales (IRI), Buenos Aires, 2004.

_____. Hegemón y pivot: uma combinação de presiones en torno a la agenda externa de la Argentina. Politikós, nº. 3, pp. 77-95, Rosario, 2004.

MORGENTHAU, Hans Joachim. A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

Ano V	Volume V	Nº 10	Janeiro/Junho 2009	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

www.revistaintellector.cenagri.org.br

RAPOPORT, Mario; SPIGUEL, Claudio. Política exterior Argentina : poder y conflictos internos (1880-2001). Buenos Aires: Capital Intelectual, 2005.

_____. El viraje del siglo XXI: deudas y desafíos en Argentina, América Latina y el mundo. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006.

RUSSEL, Roberto. Política Exterior y toma de decisiones en América Latina. Buenos Aires: GEL, 1990.

SAUERBRONN, Christiane. O papel do Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (CARI) na política externa argentina: a partir da percepção de seus integrantes. Cenário Internacional, Rosario, 17 jan. 2008.

SCARDAMAGLIA, Virginia. El lugar en el mundo. Revista DEF, Buenos Aires, nº. 28, año 3, 2007.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. Manual das Organizações Internacionais. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2ªed., 2005.

SNYDER, Richard; BRUCK, Henry; SAPIN, Burton. Foreign policy decision making: an approach to the study of international Politics. New York: Free Press, 1962.

TAIANA, Jorge. Ante el Parlamento del MERCOSUR. Montevideú, 2008. Disponível em: < <http://www.mrecic.gov.ar/>> Acesso em 20 out. 2008.

_____. Rol de la Argentina en la región y en la economía global. Buenos Aires, 2008. Disponível em: < <http://www.mrecic.gov.ar/>> Acesso em 20 out. 2008.

_____. XII Cumbre de Mercociudades. Morón, 2008. Disponível em: < <http://www.mrecic.gov.ar/>> Acesso em 20 out. 2008.

TINI, María Natalia; PICAZO, María Victoria. Política Exterior y Cambio Partidario: decisiones internacionales comparadas. 2007. Trabajo presentado en el VIII Congreso Nacional de Ciencia Política de la Sociedad Argentina de Análisis Político - Centro Argentino de Estudios Internacionales, Rosario.

_____. Argentina, 2007. Reflexiones sobre el modelo de inserción. Rosario, 2007.

WILHELMY, Manfred. Política Internacional: enfoques y realidades. Buenos Aires, GEL, 1998.

Ano V	Volume V	Nº 10	Janeiro/Junho 2009	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
-------	----------	-------	--------------------	----------------	----------------

www.revistaintellector.cenegri.org.br

Entrevistas

FRECHERO, Ignácio. Entrevista concedida a este trabalho. Buenos Aires, 15 ago., 2008.

MEZA, Raul Bernal. Entrevista concedida a este trabalho. Buenos Aires, 14 ago., 2008.

TERRADAS, Nicolas. Entrevista concedida a este trabalho. Buenos Aires, 15 ago., 2008

